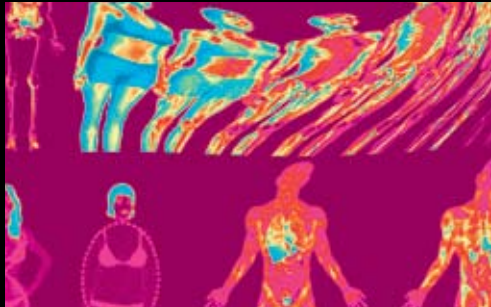




Entidades se unem em Fórum para projetar a valorização da Profissão Farmacêutica

PÁGINA 10



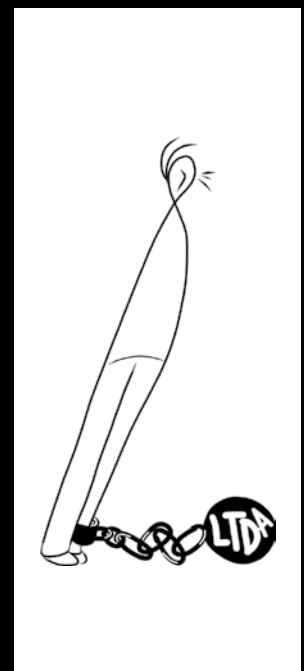
Balanço das negociações coletivas das Campanhas 2016

PÁGINA 6



Conheça a nova diretoria do Sinfarmig

PÁGINA 12



Resistir é preciso

**“A gente vai contra a corrente
até não poder resistir
Na volta do barco é que sente o
quanto deixou de cumprir
A gente quer ter voz ativa no
nosso destino mandar
Mas eis que chega a Roda Viva
e carrega o destino pra lá”**

(Roda Viva – Chico Buarque)

Pegamos essas palavras do Chico Buarque, símbolo da resistência contra a ditadura militar dos anos de 1960 para iniciar a nossa reflexão e facilitar o diálogo acerca do cenário atual do país. O ano de 2016 ficará na história como o ano em que o Brasil sofreu um atentado enquanto nação democrática. Ainda que jovem, o processo democrático no país caminhava para ser consolidado. Mas eis que chega um governo interino e carrega a Presidente eleita por mais de 50 milhões de brasileiros para lá. A gente que queria ter voz ativa viu o destino do país em risco com a imposição de uma agenda conservadora bem diferente daquela eleita nas urnas pela maioria.

O governo Interino mostra a que veio com o projeto de alteração da Constituição (PEC 241), impondo limite ao aumento do gasto público federal, por um período de 20 anos. Somente essa decisão já seria suficiente para desestruturar o financiamento da política social brasileira. Seria a eliminação do vínculo de receitas destinadas à educação e ao orçamento da seguridade social, que envolve as políticas de saúde, previdência e assistência social. Nunca é muito repetir que a garantia de aplicação de recursos crescentes em políticas sociais foi uma conquista da população garantida na Constituição de 1988, visando estabelecer prioridade e preservar o gasto público nestas áreas sociais, independentemente do governo que estivesse no poder.

Caso essa PEC 241 seja aprovada os recursos a serem aplicados na educação, saúde, previdência e as-

sistência social serão desvinculados a evolução dos gastos e a correção da inflação. Vale ressaltar que esta proposta tem como ponto de partida o ano de 2015, quando os gastos públicos em um período de recessão, sofreu forte redução, afetando, sobremaneira, o orçamento e, portanto, as despesas. O investimento nas políticas de saúde e educação para a parcela mais pobre é diretamente proporcional à política de juros altos para bancos e empresas, classes abastadas da sociedade.

Os brasileiros estão indo contra a corrente da “falácia da confiança dos mercados” enquanto o governo interino impõe um “ajuste fiscal seletivo”, que reduz investimentos nas políticas sociais e promove reformas trabalhistas e previdenciárias. A velha batalha entre o capital e o trabalho presente em nosso País, de volta à arena das disputas agora com matiz mais ameaçadora às possíveis conquistas da maioria.

Representantes de empresários da indústria falam em jornada de trabalho de 80 horas semanais e somente 20 minutos para o almoço. O discurso da terceirização, do negociado prevalecendo sobre o legislado, da flexibilização esconde o verdadeiro objetivo dos governos de direita que é retirar um por um os direitos dos trabalhadores. Essa conversa de estabelecer contratos sem carteira assinada, sem direito de apelo à Justiça do Trabalho, sem poder se organizar, sem férias, 13º salário, licença maternidade, apoio em caso de acidente de trabalho, e tantos outros subterfúgios são estratégias para ameaçar conquistas de décadas.

Neste momento, de ameaças reais e urgentes aos direitos dos trabalhadores a entidade sindical convida a todos para irem contra a corrente. É resistir e se unir aos movimentos pela democracia para que assim a categoria possa se fortalecer. Nenhum direito a menos!

Diretoria do Sinfarmig

Diretoria Executiva do Sinfarmig - 2016|2018

Secretaria de Administração e Finanças

Efetivos:

Christianne Maria Nunes Jácome

Júnia Dark Vieira Lelis

Simone Furtado dos Santos

Suplente:

Sebastião Fortunato de Faria Filho

Secretaria de Organização Política

Efetivos:

Nivaldo Cesar de Souza Junior

Celso C. de Jesus

Suplente:

Valdir Latorre

Secretaria de Comunicação e Assuntos culturais

Efetivos:

Ricardo Ribeiro

Denison de Souza Silveira

Suplente:

Daniel Kascher

Conselho Fiscal

Efetivos:

Rilke Novato Púbbio

Sandra Quintão Brant

Vanessa Noronha

Suplente:

Silvana Maria Corrêa Mafra Bóson

Representantes Regionais

Regional Sul de Minas

Paulo Henrique Pazotti

Regional Oeste de Minas

Albano Rubens do Valle Verona

Regional Leste de Minas

Christine Lauar

Regional Norte de Minas

Patrick Brito

Regional Zona da Mata

Maria Helena Braga

Regional Vale do Jequitinhonha e Mucuri

Stela Maris Machado de Meira

Regional Vale do Aço – Ipatinga

Adriana dos Santos

PRINCÍPIO ATIVO

Publicação do Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Minas Gerais – Sinfarmig
Rua dos Tamoios, 462 – 12º andar – sala 1205
Centro – Belo Horizonte/MG – CEP: 30120-050
Fone: (31) 3212-1157 - Fax: (31) 3212-1936

www.sinfarmig.org.br sinfarmig@sinfarmig.org.br

Projeto Gráfico e ilustrações: Romulo Garcias.

Jornalista responsável : Cibele Ramos Lima JP 5288 MG

Sinfarmig conquista vaga no Conselho Estadual de Saúde

Um importante avanço conquistado pelo Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Minas Gerais - Sinfarmig que deve ser objeto de comemoração para os profissionais é o direito de representação no Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais (CES/MG). Após anos de diálogo, o Sindicato finalmente passa a integrar a instância como suplente do Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais (CRF-MG).

O farmacêutico e diretor Nivaldo Júnior que representa o Sinfarmig no (CES/MG) acredita que é de fundamental importância a participação da categoria por se tratar de um espaço deliberativo e permanente de debate acerca das questões que envolvem o Sistema Único de Saúde- SUS. "Importante registrar que é no Conselho que acontece a efetivação do controle

social, onde profissionais, gestores e usuários discutem e deliberam sobre as políticas públicas de saúde do Estado. Estaremos a partir de agora acompanhando mais de perto e, portanto, mais afinados com as decisões que envolvem a categoria". Segundo Nivaldo Júnior a vaga no CES/MG permitirá aos farmacêuticos trabalharem em prol de um SUS cada vez mais democrático, humanizado e equânime.

Os conselhos contribuem para a organização da Saúde no Estado, formulam estratégias, dão as diretrizes e executam as políticas, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros. São eles que adotam critérios de garantia de qualidade na prestação dos serviços e fiscalizam o desenvolvimento das ações. A Lei Nº 8.142/90 que regulamenta os conselhos de saúde garante

a participação da comunidade na gestão do Sistema. Conforme previsto no regimento do CES/MG as câmaras técnicas que compõem a entidade são constituídas por conselheiros titulares e suplentes a fim de otimizar e agilizar o seu funcionamento.

Nivaldo Júnior que pleiteia uma vaga na Câmara "Gestão da Força do Trabalho" explica que a atuação nesse espaço será uma instância de grande afinidade com a atividade sindical permitindo a proposição e emissão de pareceres sobre a implementação da política de trabalho e da formação permanente das equipes no âmbito do SUS. "O trabalho do Sinfarmig é apoiar e contribuir para essas decisões que podem trazer grandes contribuições para as demandas dos farmacêuticos do sistema público de saúde", concluiu.



**CONSELHO
ESTADUAL DE
SAÚDE DE
MINAS GERAIS**

Sinfarmig pede urgência na convocação de farmacêuticos em concursos públicos

Atendendo a solicitação de farmacêuticos aprovados no Concurso Público da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais (SES/MG) – Edital 02/2014, o Sinfarmig encaminhou ofício para a instituição pedindo agilidade na convocação dos servidores.

Na correspondência, enviada no dia 31/05, o Sindicato cobrou uma posição do Estado sobre as nomeações dos concursados que aguardam há mais de 17 meses para serem chamados. A carta destaca a importância da nomeação imediata dos profissionais “é uma ação imprescindível para que o atendimento seja realizado com maior efetividade, sobretudo, para a própria população. Entendemos ser de extrema urgência a nomeação, possibilitando assim que seja cumprido o objetivo do concurso”.

O Sinfarmig argumentou, ainda, que a demora em nomear os aprovados, certamente contribui para a precarização das relações das forças de trabalho, implicando diretamente na qualidade dos serviços de saúde ofertados à população.

Apesar do apelo feito aos gestores estaduais pela entidade representativa dos profissionais de farmácia, a resposta ao ofício recebida no dia 18/07 não contempla uma solução imediata. A SES/MG explica que as nomeações dos aprovados dependem da autorização da Câmara de Orçamento e Finanças do Estado (COF), que aprovou somente as vagas em que o quadro pessoal contava com profissionais contratados temporariamente. Assim, segundo a

nota, não é possível disponibilizar um cronograma de convocação dos profissionais já que ocorreram cerca de 350 nomeações e as próximas estão no aguardo do fim das restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

A Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte – SMS/BH também respondeu a ofício do Sinfarmig explicando a demora na convocação dos profissionais de saúde aprovados em Seleção Pública – Edital 08/2014 para o Hospital Metropolitano Doutor Célio de Castro (Hospital do Barreiro).

O Sindicato havia cobrado da Prefeitura de Belo Horizonte uma posição sobre as nomeações dos selecionados para garantir o funcionamento e a qualidade no atendimento nessa unidade. Para o Sinfarmig, “mais do que um direito dos concursados trata-se de um dever da gestão pública prover as condições mínimas necessárias para o funcionamento do equipamento público de saúde”.

A demanda por profissionais

na Saúde é grande e o hospital está funcionando parcialmente desde a sua inauguração em dezembro de 2015. O Sinfarmig lamentou que “infelizmente, embora tenha equipamentos de ponta, o Hospital do Barreiro encontra-se subutilizado conforme informações públicas”.

A SMS/BH informou na resposta enviada que as regras e princípios que regem concursos públicos não se aplicam às seleções públicas promovidas pelos serviços sociais autônomos, “em especial a obrigatoriedade de convocação dos candidatos aprovados”. Contudo, a Secretaria sinaliza que novas contratações podem acontecer à medida que forem necessárias para atender a demanda em caso de expansão dos serviços do Hospital.

O Sinfarmig manterá sua posição de cobrar dos órgãos públicos a convocação de profissionais concursados visando garantir a qualidade na Assistência Farmacêutica e na saúde pública.



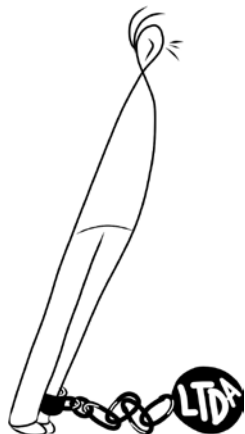
“Estamos acompanhando e vamos ficar atentos ao funcionamento dessas unidades no que diz respeito à falta de profissionais, porque o que está em jogo é a qualidade dos serviços ofertados à população, que necessita de atendimento de qualidade”. Júnia Lélis

Entidades sindicais alertam profissionais para riscos nas sociedades em farmácias

Os farmacêuticos profissionais devem ficar atentos às ofertas feitas por empresários que podem configurar precariedade das sociedades minoritárias em estabelecimentos farmacêuticos. A categoria pode correr riscos trabalhistas e financeiros em alguns casos ao aceitar esses contratos em farmácias e drogarias.

Não é raro os proprietários de farmácias oferecerem essa relação comercial com a intenção de reduzir os encargos trabalhistas garantidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT. Por causa disso, o Sindicato dos Farmacêuticos de Santa Catarina enviou um ofício aos farmacêuticos sugerindo que não aceitem fazer parte dessas sociedades fictícias sob risco de serem lesados em seus direitos.

O Sindicato dos farmacêuticos de Minas Gerais pede que todos tenham



bastante atenção ao ler um contrato desta natureza. Isso porque se o profissional passar a sócio minoritário ele perde direitos como contratado, tais como a jornada fixa, férias, 13º salário, licença maternidade ou FGTS. Outro fator de preocupação é que o farmacêutico passa a responder legalmente, financeiramente e até criminalmente

pela mesma empresa onde, muitas vezes, já é responsável técnico.

A diretora do Sinfarmig, Júnia Lélis, acredita que sem a garantia dos direitos trabalhistas o farmacêutico pode ser seriamente penalizado tanto no que diz respeito às relações de trabalho quanto à qualidade de vida e saúde. “Além da responsabilidade que ele passa a assumir o profissional terá uma remuneração bem menor e poderá ficar exposto a uma jornada de trabalho excessiva”.

Para ela, essas situações devem ser evitadas lendo com cuidado os contratos e verificando se há irregularidades na empresa antes de assinar. “Nossa obrigação enquanto entidade sindical é zelar pelos direitos dos farmacêuticos ajudando a garantir boas condições de trabalho para todos”.

Medicalização da Vida

Simone Furtado dos Santos*

A medicalização é um problema que atinge cada vez mais as sociedades. Questões que eram comuns como a hiperatividade, ansiedade, um posicionamento mais crítico e questionador das crianças em relação à vida, tristeza, angústia e padrões estéticos começaram a ser alvo da criação de novas doenças e, por consequência, razão para a indústria produzir mais medicamentos. Medicalizar conferindo caráter de patologia a determinados comportamentos acaba criando um potencial segmento consumidor bastante promissor do ponto de vista do mercado.

Fica cada vez mais claro que é necessário um movimento de união de forças e a ampliação do debate para que possamos confrontar esse processo. Os profissionais que trabalham nos setores da saúde e da educação estão se juntando para fomentar suas percepções diferentes e para criar espaços de discussões e de críticas em relação a este cenário global.

As crianças estão entre as maiores vítimas desse processo, uma vez



que, quando um médico fala com os pais que é preciso entrar com um medicamento para tratar determinado transtorno, essa família se sente pressionada a seguir essa orientação e muitas vezes não consegue questionar. Fornecer informações mais claras a respeito de cada nova “doença”, incentivar pesquisas que não tenham ligações com a indústria farmacêutica e também oferecer mais

detalhes sobre os medicamentos talvez seja o caminho ideal para reduzir o impacto. Uma atuação mais rígida das agências de controle de medicamentos é cada vez mais necessária, para evitar a aprovação de substâncias sem evidências claras de eficácia nos tratamentos. Isso poderia evitar, por exemplo, que os medicamentos fossem aprovados para um tipo de uso e depois isso de desvirtuasse na prática.

Medidas não medicamentosas e o aprofundamento no nível das informações ao consumidor podem estar entre as melhores alternativas. Nesse contexto, o farmacêutico e as suas entidades representativas têm papel fundamental na contribuição para o nivelamento das informações públicas. Por isso, o profissional precisa se manter atualizado, ter conhecimento de como esse processo está acontecendo, participar dos fóruns e encontros que tem a Medicalização como tema. Porque é exercendo esse papel que ele poderá reconquistar o seu espaço e consolidar o enorme valor que possui para a sociedade.

* Diretora do Sinfarmig

Sinfarmig dribla crise e fecha bons acordos na campanha salarial 2016

Embora as negociações tenham sido mais tensas e áridas para os farmacêuticos do que as realizadas nos últimos anos, o saldo das campanhas salariais de 2016 é positivo para a categoria em Minas. Isso porque as convenções coletivas de trabalho foram fechadas em quase todos os segmentos com as conquistas foram mantidas e os direitos preservados. Em algumas negociações foi possível avançar nas cláusulas sociais colocando o Sinfarmig entre as entidades sindicais que conquistaram as maiores remunerações do país esse ano.

Convenções Coletivas de Trabalho – CCT/2016



Farmacêuticos analistas clínicos conquistam reajuste de 9,28%

Os salários dos farmacêuticos analistas clínicos receberam um reajuste de 9,28% de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho – CCT assinada pelo Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Minas Gerais – SNFARMIG e pelo Sindicato dos Laboratórios de Patologia, Pesquisa e Análises Clínicas de Minas Gerais – SINDLAB com pagamento será retroativo a data-base da categoria 1º de maio. Esse percentual corresponde à variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), relativo às perdas salariais verificadas no período de 1º de maio de 2015 a 30 de abril de 2016. O IPCA medido mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é considerado o índice oficial da inflação do país. A CCT possui validade de dois anos (2015 a 2017) alterando nesse período somente a cláusula econômica.

Categoria de farmácias, drogarias e distribuidoras fecha piso de R\$ 4.122,24

O piso salarial da categoria que atua em farmácias, drogarias e dis-

tribuidoras de medicamentos subiu para R\$ 4.122,24, após meses de negociações com o Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos de Minas Gerais – Sincofarma/MG. Em uma das campanhas salariais mais duras dos últimos tempos, a entidade patronal demorou uma semana para assinar a CCT depois que a categoria decidiu em Assembleia aceitar o percentual proposto de 11,07%, que significou um ganho de R\$ 410,86. O aumento foi retroativo a 1º de março, data-base do setor. O reajuste teve como referência o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acumulado no período de março de 2015 a fevereiro de 2016. Embora o valor negociado tenha ficado abaixo do pretendido pela categoria, o percentual mantém o piso dos farmacêuticos mineiros entre um dos mais altos do Brasil para uma jornada de 44 horas semanais.

Farmacêuticos Industriais conseguem 11,08% de reajuste

A campanha dos farmacêuticos industriais terminou com o reajuste de 11,08% retroativo a 1º de março, data-base da categoria. O índice é

relativo ao INPC verificado no período de março de 2015 a fevereiro de 2016. A decisão foi tomada após longa negociação com o Sindicato das Indústrias de Produtos Farmacêuticos e Químicos para Fins industriais de Minas Gerais – Sindusfarq. O Sinfarmig insistiu num piso salarial para a categoria, um dos pontos mais reivindicados nas assembleias, mas a entidade patronal negou. Um estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Dieese mostrou que a média das negociações no país fechou abaixo do INPC Ainda assim os farmacêuticos industriais conquistaram um reajuste igual à inflação do período. Segundo a diretora do Sinfarmig, Júnia Lélis, “o Sindicato insiste na manutenção das conquistas e não permitirá retrocessos como os que foram propostos pelo sindicato patronal neste ano”.

Negociação de Farmacêuticos hospitalares sem acordo

Após duas rodadas de negociações entre o Sinfarmig e o Sindicato dos Hospitais, Clínicas e Casas de Saúde do Estado de Minas Gerais - Sindhmg os farmacêuticos hospitalares com data-base em 1º de junho ainda não fecharam a CCT.



Acordos Coletivos de Trabalho ACT/2016

Drogaria Araújo busca Sinfarmig para negociar PLR



Um dos primeiros Acordos Coletivos de Trabalho – ACT que o Sindicato dos Farmacêuticos de Minas Gerais – Sinfarmig fechou em 2016 foi referente a pagamento de Participação nos Lucros e Resultados – PLR para farmacêuticos da Drogaria Araújo. A empresa participou de uma reunião de negociação coletiva para acertar os índices para a categoria, que está em campanha salarial desde a data-base 1º de março. O valor acordado não possui natureza salarial e ficou condicionado a celebração do ACT com regras claras para a sua implementação.

Sinfarmig assina acordo de PLR com Biomig e Biommm

A Biomig e a Biommm S.A assinaram acordos que regulamentam o pagamento do programa de Participação nos Lucros e Resultados – PLR com o Sinfarmig para contemplar os farmacêuticos contratados. Para a diretora do Sinfarmig, Júnia Lélis, “A PLR é uma das melhores maneiras do empresário valorizar o farmacêutico, além de ser um direito social que incentiva o trabalhador a contribuir ainda mais com o crescimento da empresa em que atua”.



Jurídico Responde

Concurso Público Da expectativa à nomeação

Muito se pergunta sobre o direito ou não a posse em caso de aprovação em concurso público. Dito comum é que “a aprovação em concurso público gera mera expectativa de direito”.

Isto porque a Administração Pública levando em conta a sua conveniência e oportunidade pode convocar os aprovados dentro do número de vagas durante a vigência do Concurso.

Contudo, o tema ganhou tamanha proporção que foi objeto de tese de repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O órgão definiu que no caso de aprovação dentro do número de vagas o direito passa de mera expectativa para um direito subjetivo, ou seja, o concursado pode ser chamado, desde que se enquadre dentro das seguintes hipóteses:

- 1 – Quando a aprovação ocorrer dentro do número de vagas determinado no Edital;
 - 2 – Quando houver preterição na nomeação por não observância da ordem de classificação;
 - 3 – Quando surgirem novas vagas, ou for aberto novo concurso durante a validade do certame anterior, e ocorrer a preterição de candidatos de forma arbitrária e imotivada por parte da Administração nos termos acima.” (grifo nosso)
- Fonte: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=305964>

Lembrando que para serem aplicadas essas hipóteses é necessário que no Edital haja a previsão de número específico de vagas a serem preenchidas, que o concurso em si seja realizado conforme as regras previstas e que ocorra a homologação e a proclamação dos aprovados dentro do número de vagas estabelecido, em ordem de classificação. Tudo isso tem de ser publicado em Diário Oficial do Município, Estado ou União conforme estiver vinculado.

Portanto, uma maneira fácil de analisar se você foi aprovado em um concurso e converter a expectativa de direito em direito subjetivo a nomeação é respondendo a duas perguntas:

- 1-A ordem de classificação não é obedecida. Seja pela contratação temporária de mão-de-obra terceirizada, pela nomeação de candidato com classificação inferior, ou ainda, pela nomeação de candidato de novo concurso enquanto ainda vigente o anterior)
- 2-Houve aprovação dentro do número de vagas do Edital.

Se a resposta for afirmativa, há sim a possibilidade da nomeação e seu direito é subjetivo. Contudo como tudo no mundo jurídico, tem que haver provas de que algum desses pontos ou todos não estão sendo respeitados e por esse motivo ainda não ocorreu nomeação dos aprovados.

Lembrando sempre que a nomeação está vinculada ao edital e que em casos considerados de força maior ou modificativa de direito ela realmente pode não ocorrer.

O ideal em casos em que a dúvida existir é buscar auxílio jurídico para análise e esclarecimentos possíveis.

ASSESSORIA JURÍDICA Horários de Consulta Presencial

Quintas-feiras: das 14 às 18h – Paulo Henrique Rezende
Jurídico.paulo@sinfarmig.org.br
Sextas-feiras: das 9 às 13h - Larissa Furtado
Jurídico.larissa@sinfarmig.org.br

1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde pretende formular políticas e fortalecer programas

A 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde - CNVS deverá acontecer no segundo semestre de 2017 com abrangência em todo o país. A expressão Vigilância em Saúde está historicamente relacionada aos conceitos de saúde e doença presentes em cada época e lugar. Assim como às práticas de atenção aos pacientes e aos mecanismos adotados para tentar impedir a disseminação das patologias. Após a implantação do SUS na década de 1990, as discussões sobre o modelo de Vigilância em Saúde intensificaram mais em torno da reorganização do sistema de vigilância epidemiológica.

A partir daí foi possível conceber a proposta de ação baseada em três elementos que deveriam estar integrados. A fiscalização dos efeitos sobre a saúde, como agravos e doenças realizada pela vigilância epidemiológica. A inspeção dos agentes químicos, físicos e biológicos (produtos e serviços) que podem ocasionar doenças e agravos, própria da vigilância sanitária. E, também, uma estrutura de vigilância ambiental para monitorar indivíduos ou grupos populacionais expostos a atividades profissionais com efeitos clinicamente ainda não aparentes.

A Vigilância em Saúde pode ser compreendida como uma rearticulação de conhecimentos e das práticas sanitárias, que podem consolidar os princípios do SUS, deslocando o olhar da doença como objeto das políticas públicas para a saúde e a qualidade de vida das pessoas. A Vigilância em Saúde pode ser entendida como uma proposta de ações e práticas que propõe uma intervenção sobre problemas de saúde que requerem atenção e acompanhamento contínuos. Além da adoção do conceito de risco e da articulação entre ações promocionais, preventivas, curativas e reabilitadoras. A atuação intersetorial em todo o território com intervenção e análise permanente sobre a situação de saúde.

Para debater essas premissas é que a 1ª CNVS será iniciada com a realização das etapas preparatórias de 1º de agosto a 20 de dezembro de 2016. As Conferências Municipais e Macrorre-



gionais além das Conferências Livres serão realizadas entre 1º de abril e 31 de maio de 2017. A etapa Estadual até 31 de julho de 2017 e a Nacional de 24 a 27 de outubro de 2017. O objetivo é propor diretrizes para a formulação da Política Nacional de Vigilância em Saúde e o fortalecimento dos programas e ações de vigilância em saúde.

A 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde foi convocada no início desse ano pelo então Ministro da Saúde, farmacêutico mineiro Agenor Álvares, por meio da Portaria GM/MS nº. 1.017 de 11 de maio de 2016. Alguns eventos como a 20ª Plenária Nacional de Saúde e Movimentos Sociais (24 e 25 de agosto de 2016, em Brasília/DF), o Encontro Nacional das Comissões Intersetoriais de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora – CISTT (16 a 18 de novembro de 2016, em São Luís/MA), 7º Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária - SIMBRAVISA (26 a 30 de novembro de 2016, em Salvador/BA), 15ª Mostra Nacional de Experiências Bem-Sucedidas em Epidemiologia,

Prevenção e Controle de Doenças - 15ª EXPOEPI (28 de novembro a 2 de dezembro de 2016, em Brasília/DF) estão previstos como etapas preparatórias à 1ª CNVS. As Conferências Municipais e/ou Macrorregionais serão responsáveis pela eleição dos delegados que irão participar da etapa Estadual e por último a etapa Nacional no segundo semestre de 2017.

Os farmacêuticos que atuam tanto na rede privada quanto na pública podem se engajar nesse processo. Eles podem participar não só como agentes de saúde, mas também como representantes da sociedade. A fim de contribuir diretamente com os avanços das políticas de saúde em nosso País, sobretudo, neste momento em que o SUS encontra-se fragilizado. Os profissionais podem procurar o conselho municipal de saúde do município e participar efetivamente das conferências.

Rilke Novato
Diretor do Sinfarmig

Fantasma do Ato Médico ronda novamente profissionais de Saúde

O Sindicato dos Farmacêuticos de Minas Gerais é contra a aprovação do PL6126/2013, que visa alterar a Lei 12.842/2013, conhecida como Projeto de Lei do Ato Médico. Para farmacêuticos, enfermeiros, fisioterapeutas, psicólogos e mais outras nove categorias, a aprovação deste projeto significará profundo retrocesso para a saúde no Brasil. Ao estabelecer privilégios e reserva de mercado para os médicos, o projeto caminha na contramão dos princípios do Sistema Único de Saúde - SUS, ignorando importante avanço nas políticas da multidisciplinaridade e da integração profissional.

Ao retomar a retrógrada lógica centrada na atividade médica, o Projeto de Lei promove o desrespeito aos saberes e práticas dos demais profissionais de saúde. O PL fere diretamente o direito dos cidadãos, na medida em que impede a prestação do atendimento por profissionais com competência técnica, exercício plenamente estabelecido pelas instituições públicas e privadas e aprovadas pela própria sociedade.

Os farmacêuticos, atualmente, já atuam na orientação dos chamados Medicamentos Isentos de Prescrição - MIPs. Deste modo, os profissionais assumem um importante compromisso com os cidadãos no que se refere ao uso racional desses medicamentos por meio de prescrição farmacêutica. Caso o projeto do Ato Médico seja aprovado, poderá inviabilizar importante passo de atuação profissional em benefício da população que os utiliza.

O sinfarmig alerta os farmacêuticos e demais profissionais de saúde que o arquivamento do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 350/2014, no dia 1º de agosto de 2016, pela Senadora Lúcia Vânia, não coloca fim ao ato médico. "É preciso renovar as nossas forças e estar mais mobilizados e fortes do que nunca para lutar contra mais essa ameaça social", reafirma a diretora do Sinfarmig, Júnia Lélis.



Entidades se unem pela Valorização da Profissão farmacêutica



O levantamento de propostas, a discussão sobre ações que busquem fortalecer a categoria farmacêutica e a construção de uma agenda conjunta de atividades marcaram a retomada do Fórum Estadual Permanente de Luta pela Valorização da Profissão. Uma das primeiras ações planejadas e acordadas pelas entidades representativas da categoria foi o trabalho de conscientização dos gestores municipais sobre a importância do Farmacêutico como profissional relevante na promoção da saúde pública. Na reunião do dia 12 de maio, o Sinfarmig foi representado pelos diretores Rilke Novato Público, Júnia Dark Vieira Lelis e Denison de Souza Silveira. Também participaram o Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais - CRF/MG, a Associação Mineira de Farmacêuticos - AMF, a Associação Mineira de Farmacêuticos Homeopatas - AMFH e o Sindicato dos Laboratórios de Análises Clínicas - SindLAB.

Os membros do Fórum Permanente de Valorização da Profissão decidiram enviar um ofício ao Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais - COSEMS junto com parecer técnico e nota

técnica demonstrando profundo descontentamento com a declaração feita dias antes. A nota do COSEMS defendia não haver necessidade do farmacêutico nas farmácias públicas privativas existentes nas unidades básicas de saúde municipais, por entender que referidos estabelecimentos atuam como “meros dispensários de medicamentos”.

O documento enviado pelo Fórum esclareceu que “no âmbito da assistência farmacêutica, a atuação do profissional é imprescindível para assegurar o direito à saúde, de forma ampla e irrestrita. A nota lembrou que o direito à saúde é fundamental e definido pela Constituição da República de 1988 como de aplicabilidade imediata e que deve ser garantido a todos, em todas as suas formas de proteção, de promoção e de recuperação”.

Outra importante atividade que o Fórum protagonizou foi o movimento de repúdio contra o processo de desmonte do Sistema Único de Saúde - SUS que está sendo promovido de modo veloz pelo governo interino do vice-presidente, Michel Temer. As entidades integrantes do Fórum divulgaram uma

nota demonstrando a indignação e a preocupação com o sucateamento do Sistema de Saúde, além de participar de ações nacionais de protesto contra as decisões de Temer.

O diretor do Sinfarmig Rilke Novato faz um alerta para a gravidade das declarações que vem sendo dadas, publicamente, pelo Ministro Interino da Saúde, Ricardo Barros. Segundo ele, essas afirmações ameaçam um direito constitucional adquirido de acesso universal à saúde. Para Rilke, o plano que vem sendo implantado que inclui rever o gasto obrigatório com a Saúde, revela intenção clara de sucatear o sistema a fim de promover uma participação maior dos brasileiros na rede privada. “Entendemos essas declarações como um ataque público a um direito conquistado com muita luta e que hoje é um marco no Brasil. Acreditamos, também, que há interesses privatistas e corruptos por trás dos ataques ao SUS. Não podemos deixar que conquistas tão fundamentais como essas sejam retiradas”, ressaltou.

A última reunião do Fórum Estadual Permanente de Luta pela Valorização da Profissão Farmacêutica foi realizada no dia, 14/07, contou com a presença de representantes do Sinfarmig, do Conselho Regional de Farmacêuticos/MG, da Associação Mineira de Farmacêuticos - AMF, da Executiva Regional dos Estudantes de Farmácia - Erefar, e do Superintendente de Assistência Farmacêutica de Minas Gerais, Homero Claudio Rocha Souza Filho que fez um balanço dos avanços e dos desafios da Assistência Farmacêutica em Minas. Ele enfatizou a importância na mudança da resolução que trata do repasse do incentivo ao farmacêutico como forma de valorização profissional.

Sinfarmig abre portas e apóia luta do Fórum de Patologias e Deficiências



Representantes das entidades que compõem o recém-criado Fórum Mineiro de Patologias e Deficiências de Minas Gerais foram recebidos no dia de 13 de junho pela diretoria do Sinfarmig. Os integrantes buscam apoio para solucionar problemas como falta de medicamentos e de estrutura para atender portadores de doenças crônicas e raras do Estado. Formalizado em março desse ano, o Fórum nasceu da necessidade de fortalecer a mobilização entre as entidades de luta e facilitar o acesso às autoridades de saúde. Uma das primeiras conquistas do Fórum de Patologias e Deficiências foi uma vaga de titular e outra de suplente no Conselho Estadual de Saúde.

A coordenadora do Grupo En-

contrAR que apóia pessoas com doenças reumáticas, Adriana Fernandes Carajá, justificou que a organização do Fórum se fez necessária para impulsionar a garantia dos direitos dos portadores de doenças e raras. Segundo ela, desde o ano passado várias entidades vinham enfrentando a falta de medicamentos. Ela contou que as entidades se uniram para questionar as instâncias de representação dos municípios e do Estado para resolver o problema e oferecer melhor qualidade de vida aos pacientes.

No dia 22 de junho os membros do Fórum participaram da audiência pública realizada na Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) para tratar da Assistência Farmacêutica no

Estado. Eles questionaram a deficiência da Secretaria de Saúde para fornecer vários medicamentos e cobraram uma solução imediata. Presente à audiência pública, o Sinfarmig se comprometeu a acionar o Superintendente de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Estado de Saúde (SES/MG), Homero Souza Filho, para uma agenda emergencial. A reunião aconteceu cinco dias depois, na Cidade Administrativa com a participação de todas as entidades que representam o Fórum.

O Superintendente informou que a redução de medicamentos indisponíveis já é de menos de um terço em relação ao governo anterior. "Fizemos uma força-tarefa realizar as licitações e atualmente fornecemos 450 medicamentos e ampliamos de 140 para 340 aqueles da cesta de remédios básicos". Homero Filho explicou que o atraso na entrega de muitos medicamentos estava ocorrendo porque o governo anterior terceirizou a logística de distribuição. Segundo ele, "esse problema levou a uma ampliação do processo de judicialização, com consequências danosas para todo o sistema e o cidadão". De acordo com ele, o contrato de R\$ 20 milhões foi rompido e a situação está sendo regularizada. De acordo com Homero, para facilitar a aquisição o governo optou por descentralizar a compra de muitos medicamentos, disponibilizando as licitações para os municípios. O diretor do Sinfarmig, Rilke Novato, que também participou da reunião disse que a luta do Fórum é também dos farmacêuticos que defendem não só o uso racional de medicamentos, mas antes de tudo o acesso. Ele ressaltou que a entidade sindical continuará sendo interlocutora do Fórum junto a Superintendência de Assistência Farmacêutica da SES/MG.

Valorização da Profissão é prioridade para nova diretoria do Sinfarmig

O compromisso de defender a profissão farmacêutica e a categoria em todas as suas áreas de atuação foi o que uniu os integrantes da nova diretoria do Sindicato dos Farmacêuticos eleita para a Gestão 2016/2018. Eles assumiram a entidade com o desafio de lutar por mais conquistas na profissão e evitar possíveis retrocessos na tentativa de sobrepor interesses econômicos aos direitos da categoria. Os profissionais estão cada dia mais experimentando o protagonismo exigido com o crescimento do conceito da assistência farmacêutica à população. A atual diretoria deseja caminhar em direção aos avanços com o apoio e a participação de todos. Conheça a composição da 13ª diretoria do Sinfarmig.



Júnia Dark Vieira Lelis Formada em Farmácia pelo Unincor, especialista em Atenção Farmacêutica e Farmácia Clínica pelo IPOG, e em Farmacologia pela Universidade Federal de Lavras. Ela é coordenadora do Fórum Mineiro de Luta pela Valorização da Profissão, diretora da Fenafar e do Sinfarmig.



Ricardo Ribeiro Formado em farmácia-Bioquímica e pós-graduado em Saúde Pública - Concentração em Medicamentos pela UFMG. É servidor público da Secretaria de Estado da Saúde de Minas, atua na Assistência Farmacêutica do SUS em Belo Horizonte e é da diretoria do Sinfarmig.



Patrick Carvalho Brito Formou em Farmácia na Fasi Santa Casa de Montes Claros e atuou desde então em análises clínicas e drogaria. Trabalha na Rede Farmácia de Todos em Ponto Chique, Norte de Minas, e é Diretor do Sinfarmig nessa região.



Simone Furtado dos Santos Formada em Farmácia pela UFMG, pós-graduada em Gestão da Assistência Farmacêutica no SUS pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Mestranda em Medicamentos e Assistência Farmacêutica na UFMG. Trabalha na Prefeitura de Belo Horizonte e é diretoria do Sinfarmig.



Stela Maris Machado Alves de Meira Farmacêutica Bioquímica formada pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Já foi Secretária Municipal de Saúde e Tesoureira da Prefeitura Municipal de São José do Jacuri. Atualmente é Diretora Técnica da Farmácia de Minas na Prefeitura Municipal de São José do Jacuri e diretora regional do Sinfarmig no Vale do Jequitinhonha e Mucuri.



Albano Rubens do Valle Verona Farmacêutico com habilitação em Análises Clínicas pela UFOP. Pós-Graduado em Atenção Farmacêutica pelo Centro Universitário Newton Paiva. Especialista em Gerência de Unidade Básica de Saúde/GERUS pela Fundação Ezequiel Dias e em Autogestão em Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz. Trabalha na Secretaria Municipal de Saúde de Divinópolis e é diretor regional do Sinfarmig no Oeste de Minas.



Nivaldo César de Souza Júnior Farmacêutico graduado pela UFMG e especializado em Vigilância Sanitária pela PUC-GO e em Gestão da Assistência Farmacêutica pela UNA-SUS/UFSC. Atua na Assistência Farmacêutica da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. É membro do Conselho Estadual de Saúde de MG e diretor do Sinfarmig.



Sebastião Fortunato Faria Filho Formado em farmácia e psicologia pela UFMG. Atua como farmacêutico na Secretaria Municipal de Saúde de Betim e é diretor do Sinfarmig.



Christianne Maria Nunes Jácome Farmacêutica Bioquímica, com especialização em Farmácia Hospitalar e Administração Hospitalar. Trabalhou com Análises Clínicas, Farmácia Hospitalar e foi professora. Atualmente está na Saúde Pública e é diretora do Sinfarmig.



Denison de Souza Silveira Farmacêutico formado pela UFMG, ele atuou nas farmácias da FHEMIG e no PAM da Sagrada Família. Foi membro do Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais (CRF/MG). Atualmente trabalha em drogaria e faz parte da diretoria do Sinfarmig.



Daniel Braga Kascher Bacharel em Farmácia pelo Unicentro Newton Paiva. Pós-graduado pelo Instituto Racine em Manipulação Magistral de Medicamentos e em Gestão Pública para Resultados pela Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG). Atualmente trabalha como farmacêutico plantonista na Santa Casa de Belo Horizonte, é diretor Financeiro no Grupo Ideal e do Sinfarmig.



Silvana Maria C. Mafra Bosen Farmacêutica bioquímica formada na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, com habilitação em Análises Clínicas. Especialista em Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde pelo Centro Universitário Newton Paiva e diretora do Sinfarmig.



Celso Carmo de Jesus Formado em farmácia bioquímica pela UFMG, é especialista em Gestão da Assistência Farmacêutica pela Escola de Saúde Pública de Minas Gerais. É presidente do Conselho Municipal de Saúde de Bonfim e diretor do Sinfarmig.



Vanessa Noronha Farmacêutica, Bioquímica e especialista em Saúde Pública pela UFMG. Especializada em Farmácia Hospitalar pela Sociedade Brasileira de Farmácia Hospitalar e em Assuntos Regulatórios pelo IPOG. Atua em Assuntos Regulatórios e com preparação de processos sanitários para distribuidora, importadora, transportadora e indústria e é diretora do Sinfarmig.



Valdir Latorre Formado em Farmácia pelo Centro Universitário Newton Paiva com MBA em Gestão Industrial pela Faculdade Oswaldo Cruz. Atualmente é farmacêutico hospitalar no Grupo Santa Casa, administra a empresa Grupo Ideal e é Diretor do Sinfarmig.



Rilke Novato Publio Farmacêutico e Bioquímico pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Especialista em Saúde Pública pela Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP/MG) e Mestre em Enfermagem e Saúde Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente é Superintendente de Vigilância Sanitária da SES/MG, diretor da Fenafar e do Sinfarmig.



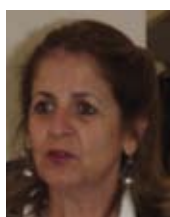
Adriana dos Santos Formada em Farmácia Industrial pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Mestre em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Especialista em Gestão Pública em Saúde pela Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ). Atualmente trabalha na Prefeitura Municipal de Ipatinga e é diretora regional do Sinfarmig no Vale do Aço.



Christine Macedo Luar Farmacêutica formada pela Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE, Pós-Graduada em Saúde Pública e em Gestão de Qualidade. Diretora Regional do Sinfarmig no Leste de Minas.



Maria Helena Braga Farmacêutica pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Mestre e Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Professora da UFJF, membro da Escola Nacional de Farmacêuticos e diretora do Sinfarmig na Regional Zona da Mata.



Sandra Quintão Brant Formada em Farmácia pela UFMG e membro do Conselho Fiscal da atual diretoria do Sinfarmig.



Paulo Pazotti Formado em Farmácia pela Unifenas, pós-graduado em Saúde Pública pela Unincor e Direito Médico pela Faculdade de Direito de Varginha – FADIVA. Atua como autoridade sanitária na Superintendência Regional de Saúde de Varginha e Diretor Regional do Sinfarmig no Sul de Minas.



ACONTECEU AGENDA SINFARMIG

Mesa Estadual de Negociação Permanente do SUS

Sinfarmig participou de reunião ordinária da Mesa Permanente do SUS no Estado de Minas Gerais dia 17 de março, na Escola de Saúde Pública de Minas Gerais – ESP/MG. O objetivo do Fórum é promover melhoria nos serviços prestados pelo Sistema. No encontro mensal do dia 14 de abril, a diretoria do Sinfarmig participou do debate sobre a realização de um seminário em comemoração aos seus 13 anos de atividade com o tema “Democratização da Política de Gestão do Trabalho no Fortalecimento do SUS”.

Farmácia de Todos

Para viabilizar o acesso a medicamentos gratuitos e fornecer qualificação da Assistência Farmacêutica aos mineiros foi lançado em Belo Horizonte no dia 17 de março o Programa Farmácia de Todos com a presença de representantes do Sinfarmig.



Dia Mundial da Saúde

Ação coletiva de profissionais contou com farmacêuticos e a diretoria do Sinfarmig numa ação realizada na Praça Sete no Dia Mundial da Saúde. O 7 de abril foi o dia de lembrar a importância da prevenção com orientação individual e entrega de material especializado à população.

Atribuições do Sinfarmig e Mercado de Trabalho

Esse foi o tema da palestra que a diretora do Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Minas Gerais - Sinfarmig, Júnia Lélis, proferiu no dia 5 de maio para os alunos da graduação de Farmácia da Nova Faculdade de Contagem.



Dia Nacional do Uso Racional de Medicamentos

No 5 de maio farmacêuticos lembraram da importância do Dia Nacional do Uso Racional de Medicamentos em todo o país. O Sinfarmig participou da campanha em parceria com a Superintendência de Assistência Farmacêutica da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais (SES/MG) e apoiou a ação realizada pelo Conselho Regional de Farmácia (CRF/MG) tirando dúvidas e explicando a população sobre o uso dos medicamentos com responsabilidade.

Reunião sobre farmacêuticos de transportadora

Sinfarmig debate com representantes de Sindicato das Empresas de Transportes de Carga do Estado de Minas Gerais – Setcemg sobre a possibilidade de criar uma Convenção Coletiva de Trabalho – CCT para a categoria que atuam em transportadoras. A reunião realizada no dia 2 de maio discutiu os direitos e as demandas da categoria.

Fórum sobre Fosfoetanolamina

Os riscos, a eficácia, as possíveis reações, a produção e a comercialização da fosfoetanolamina, conhecida como a “pílula do câncer” foi tema de um Fórum que reuniu profissionais e entidades da área de saúde no dia 5 de maio no Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais (CRF/MG)

Campanha do Agasalho

Sinfarmig abraça Campanha do Agasalho 2016 em parceria com os Institutos Bancorbrás e Sabin. As doações foram encaminhadas para creches, lar de idosos e abrigos.

As novas regras da Previdência Social



Tema da palestra realizada pelo Sinfarmig no dia 28 de junho o Técnico coordenador do Núcleo de Educação Previdenciária do INSS, Antônio Cláudio da Silva. Ele esclareceu dúvidas sobre benefícios, direitos e deveres do contribuinte.

Fórum Nacional de Luta pela Valorização da Profissão Farmacêutica

Farmacêuticos de todo o país participaram do Fórum em Brasília nos dias 14 e 15 de junho. Na pauta, os projetos de lei prioritários para a categoria como o Piso Nacional para Farmacêuticos, Jornada semanal de 30 horas e Farmacêuticos no SUS.



Fórum Mineiro divulga nota de repúdio ao desmonte do SUS

O Fórum Mineiro de Luta pelo Fortalecimento da Profissão Farmacêutica, composto por entidades representantes da categoria em todo o estado divulgou nota de repúdio contra o desmonte do Sistema Único de Saúde e alertando a população para as consequências.

Escola de Farmácia da UFOP completa 177 anos

Primeira escola isolada de Farmácia da América Latina completou 177 anos em Ouro Preto. A Faculdade possui expressão nacional na formação de farmacêuticos nos últimos séculos. A solenidade de comemoração dia 3 de abril foi realizada no Museu da Escola de Farmácia com a presença da diretoria do Sinfarmig.



Ato Público lembra centenário de Helena Greco

Sindicato dos Farmacêuticos participou junto a militantes e ativistas políticos no dia 18 de junho de um ato público em memória ao centenário da defensora dos direitos humanos, Helena Greco. O ato lembrou a luta e a trajetória da farmacêutica e militante, que morreu há cinco anos após se dedicar integralmente a defesa das minorias e dos direitos humanos.

Marcha em Defesa do SUS

No dia 6 de julho o Sinfarmig participou da "2ª Marcha em Defesa da Saúde, da Seguridade Social e da Democracia". A caminhada coordenada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) iniciou na Catedral Metropolitana de Brasília e seguiu o Congresso Nacional onde foi realizado um ato pedindo saúde pública gratuita e de qualidade para todos.

Cine Sinfarmig

Projeto da Diretoria de Comunicação e Assuntos Culturais realizou sessão de cinema comentada do filme Sem Limites no dia 24 de maio com comentários do diretor da entidade Ricardo Ribeiro. O Projeto oferece também um par de ingressos por mês aos farmacêuticos sindicalizados, que podem retirar a cortesia na sede do Sinfarmig.



Farmacêuticos retomam luta pelo limite da jornada semanal de 30 horas



A luta por condições dignas de trabalho, que passa necessariamente por uma jornada compatível para o exercício da profissão, não cessa. Prova disso é que a Senadora Vanessa Grazziotin, também farmacêutica, reapresentou uma proposta contemplando as 30 horas semanais que é atualmente uma das principais bandeiras da categoria. Por influência da Federação Nacional dos Farmacêuticos – Fenafar na disposição de lutar por mais direitos, a senadora protocolou no ano passado o PLS 513/2015, que assegura aos profissionais no parágrafo 1º “a duração do trabalho normal não superior a 30 (trinta) horas semanais”. Antes

disso, o projeto PL 113/2005 que tratava da mesma matéria tramitou a 10 anos no Senado e foi definitivamente arquivado. O projeto tramita inicialmente na Comissão de Assuntos Sociais, onde ainda pode receber emendas.

O debate sobre a redução da jornada para os profissionais da saúde tem sido realizada internacionalmente. No âmbito da Organização Mundial da Saúde há recomendações para que o horário seja compatível com a particularidade de um trabalho que envolve atendimento e cuidado com as pessoas e os profissionais são submetidos a estresse e pressão. Nesses anos de luta por mais direitos, algumas profissões paralelamente já conquistaram jornada de 30 horas como a medicina, os auxiliares de laboratorista e radiologista e internos, técnicos em radiologia, assistentes sociais, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais.

O projeto da Senadora Vanessa Grazziotin ainda chama a atenção para o fato de “as últimas Conferências de Saúde e a 2º Conferência Nacional de Recursos Humanos aprovaram a jornada máxima de 30 horas para inúmeros ramos de atividades profissionais, o que significa dizer que não só os trabalhadores da saúde, mas usuários e gestores entenderam essa necessidade”.

Projeto quer tornar Lei piso nacional para farmacêuticos em todo o país

Tramita na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados onde aguarda parecer, o Projeto de Lei Substitutivo ao PL 5359/2009. O projeto é de autoria do deputado Mauro Nazif, que fixa o Piso Nacional Farmacêutico, uma antiga reivindicação da categoria em todo o país.

Se for aprovado, as entidades sindicais terão mais força para desenvolver as negociações coletivas, a partir de um valor de referência para agregar outras conquistas para os farmacêuticos.

O Sinfarmig acredita que se a categoria se mobilizar e pressionar os deputados federais poderá haver um avanço no encaminhamento do projeto e futuramente uma remuneração mais justa. A Fenafar trabalha há anos na luta pela aprovação dessa Lei e convoca todos os farmacêuticos a participar. Para saber mais sobre o projeto.

<http://migre.me/urZKM>